

ACTA COLOMBIANA DE PSICOLOGÍA 16 (1): 67-79, 2013

## ***METAS DA AÇÃO COLETIVA E VONTADE DE ATUAR E MANEIRA COLETIVA NA PRODUÇÃO DA CONSCIÊNCIA POLÍTICA DE AGRICULTORES ACAMPADOS DO MST\* – BRASIL***

ALESSANDRO SOARES DA SILVA\*  
ESCOLA DE ARTES, CIÊNCIAS E HUMANIDADES DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO - BRASIL

*Recibido, junio 24 /2012*

*Concepto evaluación, diciembre 19/2012*

*Aceptado, abril 28/2013*

### Resumo

Este artigo pretende analisar como as metas da ação coletiva e a vontade de atuar coletivamente afetam o processo de formação da consciência política e a participação política dos trabalhadores rurais sem terra. Neste estudo se trabalhará com dados qualitativos derivados de entrevistas semiestruturadas com cinco famílias de trabalhadores sem terra acampados em Pontal do Paranapanema, no extremo oeste do Estado de São Paulo no Brasil. O propósito deste trabalho é aprofundar na compreensão dos processos de organização e produção de a consciência desde as dimensões destacadas.

*Palavras chave:* Metas da ação coletiva, vontade de atuar de maneira coletiva, psicologia política, consciência política, psicologia dos movimentos sociais.

## ***METAS DE LA ACCIÓN COLECTIVA Y VOLUNTAD DE ACTUAR DE MANERA COLECTIVA EN LA PRODUCCIÓN DE LA CONCIENCIA POLÍTICA DE AGRICULTORES ACAMPADOS DEL MST – BRASIL***

### Resumen

Este artículo pretende analizar cómo las metas de la acción colectiva y la voluntad de actuar colectivamente impactan en el proceso de formación de la conciencia política y en la participación política de los campesinos y campesinas sin tierra. En este estudio se trabajará con datos cualitativos derivados de entrevistas semiestruturadas con cinco familias de campesinos sin tierra acampados en Pontal do Paranapanema, región occidental del estado de Sao Paulo - Brasil. El propósito de este trabajo es profundizar en la comprensión de los procesos de ordenamiento y producción de la conciencia desde las dimensiones destacadas.

*Palabras clave:* Metas de la acción colectiva, voluntad de actuar de manera colectiva, psicología política, conciencia política, psicología de los movimientos sociales.

---

\* Mestre e doutor em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil. É co-fundador da Associação Brasileira de Psicologia Política – ABPP – e da Associação Ibero-Latinoamericana de Psicologia Política – AILPP – da qual é Secretário Geral Adjunto. Atualmente é professor do Bacharelado em Gestão de Políticas Públicas da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil. [alessoares@usp.br](mailto:alessoares@usp.br)

## **GOALS OF COLLECTIVE ACTION AND WILL TO ACTING COLLECTIVELY IN THE PRODUCTION OF POLITICAL AWARENESS ON ENCAMPED FARMERS OF MST\*\* – BRAZIL**

### Abstract

This article intends to analyze how the targets of collective action and will to acting collectively impact the process of forming political awareness and political participation of landless farmers. This study will deal with qualitative data derived from semi-structured interviews with five families of landless farmers camped in Pontal do Paranapanema, a western region of the state of Sao Paulo - Brazil. The purpose of this paper is to deepen the understanding of the processes of organization and production of awareness from the highlighted dimensions.

*Key words:* Goals of collective action, will to act collectively, political awareness, political psychology, psychology of social movements.

### INTRODUÇÃO

Antes mesmo de nos atermos ao objetivo deste trabalho, analisar como as *Metas de Ação Coletiva* e a *Vontade de Agir Coletivamente* impactam no processo de formação da consciência política e na participação política de agricultores e agricultoras rurais sem-terra a partir de uma experiência concreta, gostaríamos de, muito brevemente, apontar alguns elementos que possibilitem ao/a leitor/a menos afeito ao tema e ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) uma melhor compreensão do material que aqui apresentamos.

Esta reflexão inicial pincela tanto o MST e quanto as mudanças recentes que ocorreram no âmbito das políticas da reforma agrária no Brasil. Como aponta Bernardo M. Fernandes (2008)

A reforma agrária é uma política territorial que serve para minimizar a questão agrária [a qual é] um problema estrutural do capitalismo, sendo parte de sua própria lógica de desenvolvimento, gerando processos de diferenciações e desigualdades, expulsões e expropriações, excluindo ou subalternizando, destruindo e recriando o campesinato. Por essa razão, as relações entre campesinato e capital são de conflitualidades permanentes e explicitadas, de um lado, pela subalternidade do campesinato ao capital e pelo poder que o capital tem, de acordo com os seus interesses, de destruir e recriar o campesinato e, de outro lado, pela resistência do campesinato em determinar sua própria recriação por meio das ocupações de terra. (p. 1),

Nessa luta política frente ao capitalismo é que vemos como relevante entender como esses sujeitos constroem-se

a si mesmos e produzem suas *Metas de Ação Coletiva* e a *Vontade de Agir Coletivamente*, dimensões psicopolíticas que lhes permitiria o enfrentamento dessas conflitualidades em cujo centro está a disputa territorial, pois a questão agrária é tanto uma questão territorial quanto de produção de subjetividades atreladas a essa territorialidade e que se produz dentro de determinados marcos políticos e de relação de poder. Como mostra a literatura sobre o tema, nas últimas quatro décadas, a questão agrária viveu diferentes conjunturas (Fernandes, 2000, 2008; Silva, 2002a, 2010). Nos anos de 1970, durante a ditadura brasileira, expandem as monoculturas e a agroindústria. Ao mesmo tempo, a repressão da ditadura militar aos movimentos camponeses quase causa a sua extinção, mas também propiciou que, em meio a uma das maiores crises da resistência do campesinato tivesse origem o MST (Fernandes, 2000). No plano nacional este é, ainda hoje, o principal movimento social agrário e que busca fortalecer a agricultura familiar, enfrentar o êxodo rural e propor alternativas ao modelo agroexportador e agroindustrial hegemônico.

A expansão do MST se dá de maneira mais intensa na década de 1990, quando ocorreu a multiplicação dos movimentos camponeses o que intensificou a conflitualidade no campo por meio de ocupações de terra, bem como a criação de assentamentos rurais. Nesse sentido, o MST emerge como um ator coletivo que desafia processos que conduzem à leituras (e fazeres) da ética pautadas por princípios privatizantes e nada coletivo ou voltados ao bem comum (Silva, 2009, 2012). Neste estudo, trabalharemos com dados qualitativos decorrentes de entrevistas semiestruturadas realizadas com 6 famílias de agricultores sem-terra acampados no *Carlos Mariguela*<sup>2</sup> - Pontal do Paranapanema, região do oeste do estado de São Paulo –

<sup>2</sup> Grafia usada pelos acampados.

Brasil. As entrevistas foram realizadas em 2001 em um dos maiores acampamentos da história do MST paulista, o qual reuniu mais de 5000 famílias junto à rodovia SP 613 por mais de dois anos. Em um primeiro momento realizamos uma entrevista coletiva com cada família e, num segundo, outra individual, sendo a idade mínima para o/a entrevistado/a 14 anos. Assim, aqui nos valeremos de dados oriundos tanto de 10 entrevistas (individuais) com membros de famílias acampadas, as quais foram selecionadas de um total de 22 entrevistas individuais.

Revisitamos essas entrevistas porque, passada uma década de sua realização, percebemos que elas ainda encerram elementos que nos permitem entender melhor os processos de mobilização política e condições de precariedade extrema no campo. A pesquisa se insere no marco da *Psicologia dos Movimentos Sociais* inaugurada por Hadley Cantril (1969[1940]) e que, no Brasil, tem se desenvolvido desde meados dos anos 70 do século XX a partir dos esforços de pesquisadores como Leoncio Camino (UFPA) e Salvador Sandoval (PUCSP), bem como de seus respectivos colaboradores.

Como já apontei em outras ocasiões (Silva, 2010, 2005, 2003, 2002ab), o retorno ao campo das populações rurais que migraram para os centros urbanos continua a ser uma importante questão a ser investigada. O êxodo rural que se iniciou nos anos de 1960 provocando a reconfiguração demográfica e social do país se reflete ainda hoje não apenas no esvaziamento do campo e no inchaço das cidades, mas, sobretudo, no fortalecimento dos latifúndios. A expansão das favelas e o agravamento das situações de fome, miséria, violência urbana e desemprego também pode ser associada à formação de uma parcela crescente de sub-proletariado. Frente a isso, a reforma agrária tem sido apontada como um possível modo eficaz de reverter o atual quadro de exclusão social vivido no Brasil. Portanto, investigar as alternativas que se apresentam com o intuito de contribuir à superação das injustiças sociais impostas ao nosso povo é nossa responsabilidade.

Quando olhamos a história da luta pela terra no Brasil, percebemos que suas raízes se encontram no período da colonização portuguesa. Certamente, o processo de colonização das terras ameríndias e a sua manutenção enquanto posse da coroa portuguesa não foi algo tranquilo, pacífico e sem a imposição da força. Negros e índios se rebelaram muitas vezes na busca de livrar-se do jugo português e de adquirir o controle territorial das terras brasileiras. Muitos foram os que morreram nessa luta. Estima-se que da chegada dos Portugueses ao Brasil havia cerca de 1.500.000 índios dos quais restavam, até 1991, cerca de 294.000 (IBGE, 1991), número que cresceu exponencialmente, visto que, segundo o censo de 2010 hoje essa população chega a 896,9 mil (IBGE, 2010)<sup>3</sup>. Entre os inúmeros fatores relacionados com a questão agrária e que contribuíram para isto, está o surgimento da chamada *lei de terras* de 1856<sup>4</sup> que tinha por finalidade a regularizar a posse de terra no Brasil Imperial. Por conta dessa lei, falsificaram-se muitos documentos e provas materiais para se garantir o reconhecimento legal da posse. Todavia, ainda hoje se pode encontrar nos tribunais de regiões como o Pontal do Paranapanema – Estado de São Paulo – contendas entre o Estado e os descendentes destes *grileiros* (Fernandes, 1996; Silva, 2010).

#### *O lugar das Metas de Ação Coletiva e da Vontade de Agir Coletivamente na Consciência Política*

Para entendermos os processos de resistência na luta pela terra buscamos nesse artigo focarmos nossa atenção em duas das sete dimensões da Consciência Política apontadas por autores como Sandoval (1989, 1994, 2001), Silva (2002, 2003, 2005, 2007, 2010); Ansara (2008). Para Sandoval (1994), a consciência Política é

é um conceito psicossociológico referente aos significados que os indivíduos atribuem às interações diárias e acontecimentos em suas vidas. (...) A consciência não é um mero espelhamento do mundo material, mas

<sup>3</sup> Segundo os dados do Censo de 2010, são 305 etnias, que falam 274 línguas indígenas, mais da metade (63,8%) dessa população vive em área rural, sendo que no ano 2000 mais da metade desta população estava em área urbana (52%). Vale destacar que um fator importante para compreendermos esse incremento populacional está nos processos de etnogênese, ou seja, quando há reconstrução das comunidades indígenas, que supostamente não existiam mais. De acordo com o IBGE a maioria dessa população, 57,7%, vive em 505 terras indígenas reconhecidas pelo governo até o dia 31 de dezembro de 2010 e que equivalem a 12,5% do território brasileiro.

<sup>4</sup> Esta lei tinha por finalidade regularizar a posse da terra no Brasil do Segundo Império, mas terminou provocando a falsificação de muitos documentos e provas e a eliminação de outros para conseguir o reconhecimento legal das ocupações de territórios e fincas. Para se falsificar documentos de modo a que parecessem muito mais antigos do que eram na realidade se costumava guardar os papéis em caixas com grilo. A urina destes animais deixavam-nos amarelados e com um odor que denotava ancestralidade. Esse processo era chamado grilagem e seus usuários grileiros. Para mais detalhes desta lei pode-se verificar o texto da *Lei nº 601* (Lei de Terras) (Brasil, 1850) e o *Decreto Imperial nº 1318* (Brasil 1854), ambas acessíveis na rede. Recordemos que essa lei. Como recorda Maria A. Souza “*Desde a colonização até 1850 (lei de terras), todas as terras pertenciam à coroa e esta as distribuía em forma de sesmarias. Nessa época, milhares de indígenas foram massacrados. Ao mesmo tempo, os negros que foram trazidos ao Brasil para trabalho escravo, também lutavam contra a subordinação às normas que lhes eram impostas.*” (1994: 67).

antes a atribuição de significados pelo indivíduo ao seu ambiente social, que servem como guia de conduta e só podem ser compreendidos dentro do contexto em que é exercido aquele padrão de conduta. (p. 59).

Há 7 dimensões da consciência política propostas por Sandoval, a saber Identidade coletiva; Crenças e Valores Societais; Sentimentos Antagônicos e Adversários; Eficácia política; Sentimentos de Injustiça, Metas de Ação Coletiva e Vontade de Agir Coletivamente. O autor afirma que seus esforços para a construção de um modelo analítico que possibilite o estudo de ações coletivas, da consciência política, resultam num “ênfase integrado que analisa os fatores e os processos que determinam as formas e os motivos individuais das pessoas agirem em situações de mobilização coletiva” (Sandoval, 1989:68)

Ainda nesse sentido, pensamos que o modelo analítico proposto por Sandoval para o estudo da Consciência Política, enfoca determinantes internos e externos da dinâmica dos movimentos sociais que se referem às formas com as quais os sujeitos aderem às ações coletivas e aos movimentos sociais. Assim, o modelo integra análises macro e micro sociológicas, bem como psicossociológicas sem cair no sociologismo ou no psicologismo. Separar aspectos sociológicos de aspectos psicológicos só poderia ser feito de maneira artificial e consistiria na fragmentação da análise desses fenômenos. Para Sandoval

Privilegiar um aspecto sobre o outro seria distorcer a realidade e truncar o esforço de conhecimento científico, uma vez que o fenômeno se dá na interação entre fatores estruturais, as relações sociais interativas, as visões de mundo com seus pré-conceitos de fundo cultural e as reflexões conscientes de custos e benefícios de participar. (Sandoval, 1989:68).

O modelo analítico de estudo da consciência política proposto por Sandoval oferece um referencial teórico consistente para a pesquisa da participação política, da participação coletiva, e serve como ferramenta conceitual para os trabalhos de socialização política desenvolvidos pelos dirigentes e militantes de movimentos sociais, bem como para a atuação daqueles que se dedicam a esse tipo de estudo. Neste artigo destacaremos as *Metas de Ação Coletiva* e a *Vontade de Agir Coletivamente*.

A dimensão *Metas de Ação Coletiva* refere-se ao modo e a intensidade com que com que os participantes percebem a correspondência entre as metas do movimento, as estratégias de ação do movimento e seus sentimentos de eficácia política, de injustiça e interesses. Ela enfoca a análise do grau identificação existente entre

as das metas e ações empreendidas pelo movimento e suas lideranças em relação ao adversário em um determinado momento e os interesses materiais e simbólicos, os sentimentos de injustiças despertados nos sujeitos por esse adversário percebido.

Importa, nessa dimensão, que as ações coletivas propostas pelo movimento social esteja dentro das expectativas do sentimento de eficácia política dos sujeitos. O trabalho de promover o emparelhamento entre as metas do movimento e as aspirações e capacidades de seus membros propiciam sérios desafios às lideranças e aos demais participantes do movimento. Esta dimensão diz respeito à forma com que os outros componentes da consciência política interagem com características de organização do movimento. Essa interação proporciona um ambiente *psicossocialmente* predisposto à ação coletiva. Portanto,

indivíduos não se tornam predispostos a construir metas e propostas, a agir coletivamente simplesmente porque estejam identificados com um grupo de pertença, comuniquem das mesmas crenças e valores societais, tenham os mesmos adversários etc; elas agem coletivamente quando as metas e propostas de ação coletiva fazem sentido para elas, quando não entram em choque com sua herança social, política e cultural, gerando-lhes o sentimento de eficácia política. Portanto, entendemos que são as metas de ação coletiva as responsáveis pela adesão comportamental do sujeito ao ‘outro’ (Silva, 2002: 190).

A *vontade agir coletivamente*, é uma dimensão mais instrumental correspondendo à predisposição de um indivíduo de empreender o jogo das ações coletivas como um modo de buscar corrigir injustiças. Salvador Sandoval (1989) e Bert Klandermans (2002) propõem três aspectos que condicionam a participação coletiva. O primeiro enfoca a relação custo/benefício da manutenção ou não da lealdade. Essa escolha tem caráter determinante na tomada de decisão por parte do sujeito quanto a participar ou não de movimentos sociais, de ações coletivas. O segundo aspecto se refere especificamente aos gastos percebidos ou à perda de benefícios materiais que resultam no envolvimento do sujeito em movimentos sociais. O terceiro aspecto diz respeito aos riscos físicos percebidos ao ocupar-se de movimentos sociais e ações coletivas dadas as condições em que se dá tal ocupação. Essa avaliação do sujeito servira para que ele possa pesar as possibilidades que o movimento social, no qual está engajado, tem de implementar as ações coletivas a que se propõe.

Sandoval (2001) ressalta que, em ambas as dimensões, as decisões que sujeitos tomam, seja individualmente como coletivamente, relativas a sua participação em um movimen-

to social, são fruto de escolhas informadas e significadas que influenciam na participação e no compromisso dos sujeitos com o movimento social. Há uma relação direta entre as metas traçadas e o processo de motivação para a ação coletiva que elas, as metas, produzem em sujeitos e grupos.

*Metas de Ação Coletiva e Vontade de Agir Coletivamente no Cotidiano de Acampados*

O desejo de conquistar um quinhão de terra que lhes possibilite um futuro, uma vida digna para si e seus familiares, é um dado agregador das famílias em luta. Conquistar a 'terra de seus sonhos', 'terra prometida' por Deus nas Sagradas Escrituras e pelo Estado ou durante as campanhas eleitorais ou mediante propagandas feitas por ele mediante seus 'braços' nas diversas esferas de governo, acaba por tornar-se a meta de ação coletiva de cada família e do grupo de sem-terras acampados como um todo. A clareza dessa meta é um dos pontos mais evidentes entre os acampados.

Todos são unânimes ao expressarem o real motivo que os faz permanecer acampados e vivendo da forma precária com que vivem: o desejo pela terra. Isso fica evidente em todos os depoimentos que pudemos recolher através de entrevistas, em nossas observações feitas diariamente acerca da vida dos acampados e em nossas notas do diário de campo resultantes tanto das entrevistas quanto das observações da vida no acampamento. O fato de se ter a meta clara no horizonte pessoal e grupal faz com que as dificuldades da luta surtam um impacto menor nas vidas desses lutadores.

Vemos isso quando *Paraguai*, ao colocar uma lista de dificuldades enfrentadas pelos acampados do *Carlos Mariquela*, e em especial por sua família, apresenta uma condicionante que explica a razão de manterem-se mobilizados a despeito de todas as adversidades e intempéries. Segundo o depoente, as dificuldades existem e são inúmeras, mas "Só que o objetivo da gente é a terra, né. Tem que vê... pegá um pedaço de terra pra gente vê si trato todo, melhora essa situação e trata a família melhor, né?!" E ele continua indicando o modo como essas metas são implementadas. Por vezes é preciso recuar, por vezes deve-se avançar, dependendo da estratégia que no momento se mostre politicamente mais eficaz, mas o que importa é jamais perder a meta de vista. Segundo *Paraguai* "Alguma vez ocupa, alguma vai, né, pacífica, quando o governo no liga manda muito pistolero, tem pistolero também; quando o governo no liga muito manda muita polícia, o turma recua um pouco. Quando abaxa o pó ali o turma entra de novo, ocupa".

Observamos que o valor atribuído a *Metas* pelos entrevistados é alto. As metas de ação coletiva pautadas pelo MST são vistas pelos acampados do *Carlos Mariquela* como importantes para que se possa lograr uma mudança

social que propicie uma real aquisição de benefícios individuais e coletivos. Assim, a meta de ação coletiva adquire uma instrumentalidade capaz de superar os sentimentos de injustiça experimentados pelos acampados no decorrer do processo de luta pela mudança social desejada: a obtenção de ' (...) um quinhão de terra que seja seu e no qual se possa construir um futuro' (Edi).

Todavia, um dado que nos chama a atenção quando analisamos tanto as entrevistas quanto as notas do diário, é a ausência de outras metas coletivas além da obtenção de um lote de terra para viver com mais dignidade. Não aparecem como metas do grupo possibilidades como o trabalho coletivo na terra conquistada, a criação de uma cooperativa ou mesmo de uma associação. No horizonte do coletivo só está posta a questão 'terra'. Quando lançamos aos entrevistados perguntas sobre o modo com que pretendem administrar essa terra, eles apontam para o trabalho familiar. Mas quando perguntamos se o trabalho coletivo não seria uma alternativa melhor, apenas *Paraguai*, *Rosane*, *Marcos* e *Barroso* se colocam favoráveis. Quando falam de seu futuro na terra já vislumbram o trabalho coletivo como parte desse futuro. Os demais entrevistados, 18, vem no trabalho coletivo uma fraqueza, porque reconhecem nele um dever da família particular e uma oportunidade para que quem gosta menos de trabalhar trabalhe menos onerando a caga a ser assumida pelos demais. No caso deste texto aqui compõe a mostra 6 entrevistas que concordam com essa visão geral. Nesse sentido, o trabalho familiar, uma forma de trabalho coletivo, assume um sentido individual, pois a ideia de coletivo está associada ao grupo de acampados/assentados como um todo e ultrapassa os limites da família e do privado. Trabalho coletivo no MST é sinônimo de ação coletiva e pública, porque ultrapassaria os interesses de indivíduos particulares e família, nesse caso funcionaria quase como se fosse um indivíduo. Em todo caso, trabalho familiar poderia expressar uma dimensão muito simplificada do que seja trabalho coletivo na perspectiva do MST apreendida por esses sujeitos que assim se posicionam.

Para *Paraguai*, atuar em coletivo não é apenas uma possibilidade, mas sim uma necessidade. Segundo ele "(...) a única saída para nós, os pequeno, é a união, o trabalho coletivo. Se a gente não tiver organizado em uma cooperativa, por exemplo, os fazendero van devora a gente. Muitos de esses acampados já perderam tudo uma vez e vão perde de novo se ficarem sozinhos outra vez". Já *Rosane* posiciona-se com moderação. Para ela o melhor é o trabalho coletivo, está disposta a tentar, mas "(...) é preciso ser bem organizado porque a gente não conhece o coração das pessoa". Para *Rosane* e *Praguai* a conquista

da terra é uma meta que se mantém na companhia do trabalho coletivo quando estiverem assentados.

*Barroso*, motivado pelas dificuldades do início da vida de assentado vê no trabalho coletivo uma saída viável e que não deve ser descartada. Entretanto, isso não chega a figurar em seu repertório como uma meta propriamente dita, mas como uma reflexão que está em fase de maturação: "Eu penso comigo, todo mundo quando vai pega uma situação difícil né. Se trabalhasse em conjunto todo mundo seria mais fácil. (...) Pelo menos nos primeiros anos que é mais difícil". *Marcos* traz em todo o seu depoimento discurso militante: "Aqui nós já temos a COOCAMP e assim que a gente terminá de construir a cooperativa, será mais fácil organizar os assentados coletivamente. Quando eu tiver a minha terra eu quer estar organizado num coletivo pra produzi e poder enfrentar o mercado dominado pelo capital. As cooperativas e trabalho cooperativista é a melhor saída pros pequeno produtor".

A fala de *Marcos*, como a de *Paraguai*, revela que, para ele, a aquisição da terra e o trabalho coletivo são as duas faces da mesma moeda. Assim, a meta de ação coletiva assume em sua vida o formato de um projeto político, o projeto do MST, que ocupa lugar em sua vida e a tensiona quando entra em choque com alguns de seus projetos pessoais. Parece-nos que essa tensão está presente porque em alguns momentos há divergência entre a sua herança histórica e cultural e o projeto político-ideológico do movimento no qual milita.

Notemos que essa tensão não faz parte do cenário vivido por *Rosane* e *Paraguai*, ao menos de modo imediato, visto que ela pode compor sua realidade, pois mesmo que eles assumam um projeto coletivo, outros não o fazem, o que deve tensioná-los de alguma forma. Ainda assim, assinalamos que a questão do trabalho coletivo não é na vida do casal um projeto político do qual eles se apropriam simplesmente. O trabalho coletivo é uma saída política, social e cultural que eles encontraram para garantir a superação definitiva da precariedade presente vivida por eles. Dessa forma, há confluência entre o projeto do MST e a herança histórica e cultural de *Paraguai* e *Rosane*.

Em oposição a esse grupo de sujeitos estão os demais depoentes e a maioria esmagadora do acampamento *Carlos Mariguela*. *Liciele* considera o trabalho coletivo no lote "(...) coisa de gente covarde" e *Edir* pensa que trabalhar em coletiva "(...) é só pra caçá confusão e desgraça. Melhor é cada um no seu lote com seus filho". *Márcia*, esposa de *Barroso*, diz que "Sempre achei que a gente tem que conseguir as coisas sozinho. Eu sempre achei, desde que casei, que devo conseguir as coisas sozinho".

*Juciane* pensa que "Melhor é eu e meu marido!" e seu companheiro *Toninho* acha o mesmo, pois "(...) as pessoas

são muito egoístas e tem nequinhão que se atira nas corda e deixa a gente com o trabalho todo e só aparece depois prá querê 'dividi' o lucro. Isso pra mim não serve!". *Osmar* mostra-se determinado a construir seu futuro como se fosse em um clã. Ele crê que já tem tudo o que precisa e não necessita de mais ninguém: "Na minha família, nós somos em seis. Eu acho que tenho a força para... porque sozinho eu não ia conseguir nada. Agora eu não preciso mais da força de ninguém. Só de Deus e deles".

Parece-nos que para que entendamos melhor os motivos que dificultam o surgimento de metas de ação coletiva que extrapolem a simples aquisição da terra, seja importante observarmos os primórdios do movimento. Para tanto, recorremos outra vez aos trabalhos de Tarelho (1988) e de Andrade (1998). Ao estudarem o movimento dos sem terra de Sumaré I, eles apontam que na base do sucesso desses movimentos estava a existência de importantes espaços de socialização que lhes possibilitava espaços comunicativos de interação. Assim desde os cursos bíblicos promovidos pelos agentes de pastoral das CEB's até as cozinhas coletivas dos acampamentos possibilitava-lhes um contato maior com experiências coletivas. Este pode ser apontado como um dos motivos que podem ter sido responsáveis pelo surgimento durante os acampamentos de iniciativas coletivas que deveriam se efetivar depois no assentamento. Sabemos que muitas destas tentativas fracassaram, mas essa não é a questão aqui. A questão é que só houve fracasso porque se tentou. No caso do acampamento, parece-nos que não promoverá fracassos futuros, pois não encontramos quase ninguém favorável a sonhar com um coletivo para quando estiverem sobre seus lotes. E a razão disso parece-nos estar na ausência de espaços de socialização capazes de suscitar esse tipo de iniciativa, de meta de ação coletiva, de vontade de agir coletivamente. Tal ausência pode ter se dado, por um lado, porque essas pessoas que estão acampadas ainda não conseguiram aproximar-se o suficiente para encontrar pontos comuns que estejam mais além da sua condição de precariedade, como também em função da transitoriedade que pode significar ser acampado. No caso do Acampamento *Carlos Mariguela*, era sabido que não seria possível assentar juntas as 5.000 família e, portanto, elas seria divididas paulatinamente segundo surgisses as terras para a reforma agrária e/ou segundo a necessidade de ser construir outras ocupações devido a alguma decisão judicial que culminasse em algum tipo de reintegração de posse. No caso do *Mariguela*, a posse das terras que bordeiam a rodovia SP 613 era o estado de São Paulo.

Essa dimensão da consciência política nos leva a refletir sobre quais projetos propostos ao grupo ou engendrados por eles são política e culturalmente viáveis, consis-

tentes. Ainda que a meta do movimento seja a conquista para o uso coletivo, as pessoas mantêm seus projetos de trabalho familiar; elas aderem ao movimento fazendo projetos de exploração familiar do lote. Muitas vezes esses projetos são identificados como sendo o mesmo do MST em razão do desconhecimento das pautas e propostas do movimento. E quando elas conhecem quais são as propostas do MST e se descobrem em desacordo, mesmo assim elas permanecem no movimento devido ao reconhecimento da eficácia política do movimento. Assim, as metas devem ser correspondentes aos anseios que os indivíduos nutrem em relação às ações. Quando elas não correspondem a esses anseios, elas podem gerar contramovimentos no interior do grupo e até mesmo provocar a desmobilização e a deserção de indivíduos.

As análises que fomos capazes de fazer até o presente momento nos conduzem, então, ao entendimento de que as ações, metas e projetos do movimento, para que obtenham êxito, necessitam fazer sentido frente à herança histórica, cultural e política de cada sujeito. E é por isso que parecemos que a ideia de coletivização da terra, defendida pelo MST e por setores do governo, encontre tanta resistência entre os trabalhadores rurais de modo geral: falta-lhe base histórica e cultural para dar-lhe a necessária sustentação em nossa sociedade, entre o campesinato brasileiro. Em outras palavras, podemos supor que indivíduos não tornam-se predispostos a construir metas e propostas, a agir coletivamente simplesmente porque estejam identificados com um grupo de pertença, comunguem das mesmas crenças e valores sociais, tenham os mesmos adversários etc.; elas agem coletivamente quando as metas e propostas de ação coletiva fazem sentido para elas, quando não entram em choque com sua herança sócio-político-cultural, gerando-lhes sentimentos de eficácia política. Portanto, entendemos que são as metas de ação coletiva as responsáveis pela adesão comportamental do sujeito ao 'outro'.

Todas as famílias com quem tivemos contato no acampamento *Carlos Mariguela* estão identificadas e compartilham das mesmas crenças, valores sociais e expectativas acerca da família. Identificam o mesmo adversário – o rico latifundiário – e os mesmos interesses antagônicos – o egoísmo e a ganância do rico não lhes permite estar melhor – e comungam da certeza de que só terão sucesso se estiverem reunidos no coletivo. *Rosane* nos mostra como era clara, ainda que difícil, a meta da família e grande a vontade de agir enquanto coletivo, associados aos demais. Para *Rosane* “(...) não adianta desanima, né, a luta é essa!” [Risinho e pausa] *É seguiu pra frente.*”

Para nós, as diversas situações em que observamos a família de *Paraguai* e *Rosane* mostra como é marcante o desejo de agir coletivamente, a solidariedade para com os membros de sua classe; para com aqueles que passem por situações similares fazendo com que sejam capazes de extrapolar a sua própria classe e lutar com as demais para vencer a classe dominante. Esse comprometimento com a luta pode ser visto nos vários anos<sup>5</sup> que *Paraguai* e sua companheira têm se dedicado à luta por justiça e igualdade no campo. A vontade de agir coletivamente está expressa no desejo de agir em família assim, o MST é a *grande família* com a qual *Paraguai* e *Rosane* contam para realizar todas as suas ações. Vejamos esse trecho outra vez, pois para nós ele é bastante significativo:

*“É, porque sem movimento você também não faz nada, né. Porque eu sozinha ali não faço nada. Então pra mim acho que significa muita coisa o movimento, né. Ocupa mui.. Um família, pra falá, o movimento é uma família. Porque eu só, com quatro criança e minha muié, eu não posso fazê nada. Não faço pressão nenhuma. Então o movimento é uma família da gente, sabe. Ele muda, ele muda de todo jeito até a família muda.”* (Paraguai)

Entretanto, enquanto *Rosane* e *Paraguai* veem no MST que os acompanhará até depois de assentados, pois para eles “(...) o trabalho coletivo é o melhor” (Paraguai), *Osmar* e *Tereza* posicionam-se de forma mais restrita. A vontade de agir coletivamente restringe-se à conquista da terra e a aquisição de implementos e equipamentos agrícolas. Em um certo momento, *Osmar* deixa claro que a terra que receberá é a realização de um sonho pessoal no qual só há espaço para a família nuclear. Assim, ação da coletividade restringe-se à conquista da terra. Observemos esse trecho bastante revelador:

*“Olha, eu acho que quando eu tiver a minha terra ela vai representar tudo aquilo que eu nunca tive. É meu sonho é a terra. Ela vai representar realizar o meu sonho. Até hoje eu nunca tive nada. A única esperança que eu tenho aqui nesse mundo que eu vivo, é a terra. Eu tenho que sobreviver dela. Trabalhar, sobreviver dela. Eu acho que ela representa, praticamente, ... ela vai ser tudo para mim. Sem ela, se eu não consigo o meu lote, eu tiver que voltar para cidade eu vou morrer amanhã, daqui a vinte, trinta anos, sem realizar o meu sonho. Tanto é que eu vim na hora exata. Esse meu filho aqui vai fazer 18, o outro vai fazer 11. A gente tem*

<sup>5</sup> Paraguai e Rosane militaram no MCP por 12 anos e agora militam no MST.

tudo agora. Na minha família, nós somos em seis. Eu acho que tenho a força para... porque sozinho eu não ia conseguir nada. Agora eu não preciso mais da força de ninguém. Só de Deus e deles. Eu posso dar estudo, roupa, sapato, tudo. Na cidade, eu ia abrir o bico.”

Na mesma trilha caminham *Liciei* e *Edir*. *Liciei* em diversos momentos enfatiza a impossibilidade de alcançar a transformação social de maneira individual demonstrando estar convictamente alinhado com aqueles que aderem à teoria da mudança social em oposição ao que acolhem a tese da mobilidade social. A luta coletiva e a necessidade de transpor as barreiras da individualidade durante o processo de aquisição da terra a ser trabalhada. No trecho que segue podemos observar o quanto a vontade de agir coletivamente mobiliza o depoente:

“Porque se eu quero pra mim, eu quero pra minha família, eu quero pra você e quero pros meu vizinhos. Eu acho que eu tenho que querer pra todos. Porque se eu vou querer uma área só pra mim, eu tenho capacidade pra isso? Se eu tivesse capacidade pra uma área sozinha eu não ia tá aqui. Eu não ia tá aí isolado dentro do movimento. Eu ia chegar e comprar uma terra só pra mim. Eu ia comprar uma chácara de uns 40, 50 alqueires só pra mim. Não é? Mas não acho que a capacidade da gente não alcança isso.”

Como podemos notar, a capacidade para alcançar as metas é atribuída ao grupo, ao coletivo. Isso se dá porque há uma identificação sócio-cultural desses sujeitos com as propostas e estratégias do movimento.

Enquanto a posição da família de *Paraguai* e *Rosane* é favorável à ação coletiva em todos os momentos da luta e as famílias de *Liciei* e *Edir* e de *Osmar* e *Tereza* restringem a ação à luta da terra. Já a família de *Barroso* e *Márcia* está parcialmente dividida. Apesar de terem em sua relação a experiência do diálogo, a posição de *Márcia* tende ao trabalho individual. Pensamos que essa posição de *Márcia* seja influenciada por sua experiência religiosa que enfatiza o esforço pessoal. Tal experiência é corroborada em sua história de vida por uma experiência marcadamente solitária, de lutas individuais. *Márcia* contou-nos um pouco dessas suas lutas e em dado momento disse o seguinte: “*A gente sempre foi muito sozinho, lutando sozinho. Sempre achei que a gente tem que conseguir as coisas sozinho. Eu sempre achei, desde que casei, que devo conseguir as coisas sozinha*”.

Graças a essa história de vida, *Márcia* tem dificuldade de se incluir entre os membros do MST apesar de ser coordenadora de grupo no acampamento. Quando durante

nossa entrevista lhe perguntamos qual o melhor jeito de se trabalhar a terra, *Márcia* diz que “*(...) eles preferem juntos. Eu acho que é cada um no seu lote*”. Assim, para ela a possibilidade de se agir coletivamente está restrita às mesmas proposições de *Osmar* e *Márcia*. O MST tem seu universo de ação restrita às ocupações, as negociações com os *latigrileiros* e com o Estado mas está fora de ação no espaço privado do lote. A respeito da importância do MST, *Márcia* coloca que ele é um instrumento fundamental na luta contra o latifúndio porque ele organiza e fortalece a todos e conclui dizendo: “*Eu acho que a gente tem que lutar, que nem a gente tá lutando*”.

Ainda que ela nutra a crença de que “*(...) tem que conseguir as coisas sozinho*”, ela pensa contraditoriamente que é preciso continuar lutando coletivamente “*(...) que nem a gente tá lutando*” e vê o MST como sendo o resultado de atuação de “*(...) todas as famílias juntas*”, E continua argumentando que isso se dá porque “*(...) sozinho não tem como construir o MST. Tem que ser com as famílias (...)* Eu acho que o MST sozinho não tem como... uma pessoa sozinho não tem como...”.

*Barroso*, por sua vez, pensa um tanto quanto diferente de sua esposa. Vale dizer que *Barroso* não participa tanto das atividades religiosas como *Márcia* o que faz com que o peso do aprendizado religioso seja menor. *Barroso* pensa que o trabalho coletivo é importante para se conseguir a terra, pois “*Se divide, não tem quem consegue pegar*” e também é favorável ao trabalho coletivo nos primeiros anos de assentado, até que sua família esteja mais estável. *Barroso* pondera a esse respeito o seguinte: “*Eu penso comigo, todo mundo quando vai pega uma situação difícil né. Se trabalhasse em conjunto todo mundo seria mais fácil. (...) Pelo menos nos primeiros anos que é mais difícil.*”. Ele pensa que *Márcia* pensa assim, acha “*que ela concordaria em trabalhar junto*”. Ainda que esse seja um casal que aparentemente dialoga, não conhecem claramente as posições do cônjuge no que tange ao projeto futuro, sobre o como viver nessa terra.

Mesmo assim, *Márcia* e *Barroso* tem a convicção de que o trabalho coletivo após a aquisição das terras não da certo. Enquanto *Márcia* pensa assim por causa do hábito de trabalhar solitariamente adquirido desde cedo, *Barroso* atribui essa dificuldade de manter unidas pessoas por muito tempo num trabalho coletivo ao aparecimento da ambição, a disputa e a inveja que cedo ou tarde surge entre as famílias. Quando lhe perguntamos o porque de só se trabalhar junto nos primeiros anos, se o fato de já terem trabalhado junto algum tempo não acabariam trabalhando juntos o resto da vida, ele respondeu-nos o seguinte: “*Não porque aí começa a aparecer a ambição. O pessoal começa a pensar ‘Puxa vida, o fulano de tal tem isso e eu*

*não tenho'. Ai começa. Existe muito disso aí.*" E em outro momento ele também frisou que o fato de cada sujeito ter seus hábitos e costumes é um complicador na relação grupal, pois *"Cada um pensa de um jeito. Cada um trabalha de um jeito"*.

Nossas entrevistas e notas do diário de campo indicam também que as propostas do MST não estão divulgadas claramente entre os acampados. Com *Márcia e Barroso*, não é diferente. Barroso de maneira mais que explícita nos dá sinais de que o conteúdo ideológico do MST acaba ficando um tanto quanto distante da vida do acampamento. Ele está presente nos assentamentos, na mídia, nas manifestações de massa, mas encontra-se fragmentado no cotidiano dos acampados. Parece-nos que a distância tanto dos meios de comunicação como dos líderes da vida diária do acampamento seja um dado importante dessa questão. Acompanhem um trecho importante da entrevista feita com Barroso e que fala dessa questão e corrobora nossa avaliação:

A: Na sua opinião qual é o projeto do MST para as pessoas? Tem um projeto? Ou ele arrecada famílias que se luta aqui e depois solta? É uma coisa mais solta?

B: Eu creio que é assim mais solto.

A: Não tem uma programação?

B: Se tem não tá chegando no teu ouvido.

A: O que o MST pensa sobre essa idéia do coletivo? Você já ouviu alguma idéia que o MST tem sobre isso?

B: Não tenho ouvido comentário não."

Esse desconhecimento por parte da base e de parte da militância do projeto que impulsiona o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra atua em nossa opinião, como um dado fragilizador da eficácia política e da vontade de agir coletivamente. Não conhecer profundamente as propostas do MST contribui para que se possa pensar em MST's ou seja diversas perspectivas acerca de um mesmo movimento. Pensá-lo dessa forma não seria de todo mal não fosse o fato de que muitas vezes acabam sendo perspectivas antagônicas nas quais os agentes propositores das políticas, das posições ideológicas assumidas pelo movimento encontram-se num lugar de divergência dos trabalhadores da base. Exemplo disso é a questão do trabalho coletivo das famílias versus o trabalho de cada família em particular. Como as falas de *Márcia e Barroso*, as falas de *Liciele e Edir; Juciane e Toninho, Osmar e*

*Tereza* apontam para esse caminho, o da divergência com o projeto do movimento. O diálogo que segue mostra que um dos resultados dessa questão é a redução da ação do MST na luta pela terra.

A: E o que é o MST?

B: Para mim, é tudo. Eu acho que na parte que a gente luta pela terra, o MST é tudo.

A: Você acha que o movimento do MST é construído pela ação de cada pessoa, das famílias em separado ou do coletivo?

B: Do coletivo.

A: Isso é o que deveria ser ou é o que é?

B: Ah, é o que deveria ser. Tem partes que gira nesse termo do coletivo e tem outras partes que não.

A: Será que algum dia a gente vai conseguir trabalhar no coletivo todo mundo junto?

B: Se haver diálogo, eu acho que sim."

Notemos que *Barroso* aponta para uma questão condicionante do sucesso ou fracasso do trabalho coletivo: o diálogo. O diálogo com menor índice de mediação podia ser visto nos primórdios do MST, quando o número de famílias acampadas era consideravelmente menor. O diálogo era uma das principais ferramentas de socialização política. Poderíamos arriscarmos a dizer que era mediante o diálogo que as pessoas tomavam consciência de sua situação de excluídos e se percebiam como aliados e assim gerava-se, de maneira marcante, a vontade de agir coletivamente. Mas desde que a estratégia de massa foi adotada pelo movimento, o diálogo foi qualitativamente alterado, tornou-se mais ruidoso., com maior número de intermediários<sup>6</sup>. Essa situação fez com que o próprio processo de conscientização ficasse tutelado pela atuação dos diversos mediadores que podem surgir durante a luta. Assim, a vontade de agir coletivamente também estará na dependência da atividade mais ou menos ruidosa de tais mediadores. Além disso, a estratégia de massa produz uma heterogenização interna do movimento, pois com o aumento dos participantes também há o aumento da diversidade de configurações de consciência dificultando o processo de identificação e reconhecimento entre os membros do movimento.

*Diálogo: Um Aliado da Formação da Consciência, um Sinal de Democracia*

E essa questão do diálogo, da escuta no acampamento por parte dos líderes em relação a base parece-nos ne-

<sup>6</sup> As pesquisas de Tarelho (1988); Fernandes (1996) e Andrade (1998) apontam para essa transformação e dão subsídios a nossas análises.

vrágica. A inexistência de canais limpos de comunicação entre as partes acaba produzindo, por vezes, uma adesão falsificada às ações coletivas, à ideologia que movimenta o MST. A questão da comunicação, ao nosso ver, não tem implicações que atingem apenas a dimensão volitiva da mobilização política e social dos sujeitos, ela traz implicações que consideramos graves a todas as dimensões da consciência. Como já apontou Andrade (1998) nesse sentido, a consciência política é 'despertada' mediante as oportunidades de comunicação, diálogo, e interação visto que *"O espaço comunicativo é o lugar de receber informações, refletir sobre as histórias de vida e interesses enquanto categorias sociais, e partir para a ação política: no caso, a organização social na luta pela terra"* (Andrade, 1998:144).

Em relação às crenças e valores sociais entendemos que diálogos truncados produzem uma maior cristalização, naturalização, e, porque não dizer, um enrijecimento dos conteúdos que informam essa dimensão. No que tange a identidade coletiva, pensamos que, de modo geral, estaremos mais propensos a verificar processos identificatórios frágeis porque a interação entre os sujeitos encontra-se parcialmente comprometida e a adesão às pautas que organizam a ação e manutenção do grupo não estão internalizadas por todos de forma satisfatória. A identificação de adversários acaba restringindo-se ao plano geral sem atingir aspectos mais específicos. Adversários internos tendem a ser sufocados devido à adesão condicionada daqueles sujeitos que tiveram uma comunicação mais ruidosa. O mesmo vale para os sentimentos antagônicos vividos no plano interno. O fato de ingressar no movimento não significa aderir às pautas que organizam o movimento. Entretanto, a questão da não adesão ou da adesão parcial ao projeto do MST é pouco trabalhada no movimento pelo fato de, no nosso entender, a exposição das contradições poder gerar situações de mal estar e até prejuízos aos sujeitos que tenham essa postura e ao próprio movimento que fica fragilizado. Isso acaba por regular e maquiá, deformar, os antagonismos existentes nas relações intra e inter-grupais.

Aspectos como a eficácia política também ficam prejudicados já que ela também depende da identificação e adesão de cada sujeito às proposições e estratégias adotadas pelo grupo. A ausência de diálogo põe em cheque a credibilidade das estratégias adotadas pelo grupo. O diálogo parece garantir o discurso democrático do movimento e fazer frente à acusações de práticas autoritárias. Aliás, a ausência do diálogo e de modo especial de um diálogo fluido colaboram imensamente para o surgimento

de sentimentos de injustiça no coração do grupo, minando as demais dimensões da consciência, pondo em cheque o sucesso das estratégias adotadas com vista à lograr sucesso na obtenção das metas coletivas.

Tendo em vista as colocações que acabamos de fazer, apresentamos agora um trecho que, apesar de longo, pode nos mostrar a gravidade da questão que ora discutimos. O trecho que segue foi extraído do depoimento de *Barroso*. Vejamos:

A: Você acha que nas reuniões o pessoal fala o que pensa.

B: Acho que tem até gente que às vezes tem vontade de trocar mas aí é aquele negócio. Não quer mexer. Porque tem muitas coisas erradas aqui. E a gente é obrigado a concluir com aquilo. A gente vê que tá errado e é obrigado a ficar quieto.

A: Por quê ficar quieto? Medo de quê?

B: Não é questão de medo. É questão que pra mexer você sabe que é uma andorinha no meio de... uma andorinha só não faz verão. As pessoas precisava se reunir, mas as pessoas são quase toda maioria desunido né. Pra um só pegar e... as vezes você vai correr atrás de um negócio sozinho, você tá no certo mas acaba vazando pro errado. É como se um acampamento. Se vim só e coloca um barraquinho só nessa beira de estrada aqui não vai resolver problema nenhum. Tem que ser maioria.

A: Então parece que tem pouco espaço para diálogo, para ouvir, no acampamento as pessoas são pouco ouvidas?

B: É. Precisava ouvir mais.

A: Quem precisava ouvir?

B: Para esse acampamento, para melhorar a situação, precisava de, primeiramente, os coordenador de militantes mais adequados chegar e procurar por alguém.

A: Qual a maior falha do MST na relação de cuidar dos acampamentos?

B: Fica um pouco meio por conta.

A: O acampamento anda meio aos trancos e barrancos?

B: É.

A: Você acha que a família é um lugar que é trabalhado ou o MST usa como um jeito de contar com o número de pessoas?

B: Para mim tem.

A: Mas o MST trabalha o valor e a importância da família?

B: É pouco mexido, mas existe sim.

A: Se trabalhasse mais, você acha que ajudaria?

B: Com certeza.

A: A ausência de diálogo é só entre os militantes de forma geral ou dentro do acampamento também falta?

B: Ah, dentro também.

A: Existe diálogo entre os grupos?

B: Acho que não.

A: Por quê?

B: De forma geral, o coordenador do grupo fica puxando mais pessoas. É aí que se divide. Não é assim como você diz. Porque a gente tá aqui, todos estão por uma finalidade só. Se todo mundo fosse unido, seria mais bonito. E a gente conquistaria mais fácil ainda o objetivo. Do que haver essas divisões. Tem oito grupos. Então um coordenador puxa pro dele, outro pro dele, individual. Acho que se fosse todos unidos seria mais...

A: Você acha que as reuniões são "faz de conta"?

B: *É. Tudo "faz de conta". Todo fala que tá junto, mas chegou naquela parte ali cada um tá puxando farinha pro seu saquinho. É desorganizado. Eu lembro que antigamente, você vinha nesses acampamentos todo mundo comia junto. Hoje tem pessoas aqui no acampamento que se souber que tá faltando a comida no prato do outro, as vezes não dá para ele. E eu não tô dizendo isso para dizer que eu sou melhor do que todo mundo. Tem uma parte na Bíblia que Deus fala "Dê a esmola com a sua mão direita sem que a sua mão esquerda possa vê". Mas eu já fiz isso muito aqui. Já fiz não. Eu não fiz nada. Deus que me deu e eu comparti com quem precisava. Mas já cheguei aqui, saber de pessoas que estão necessitadas e eu pegar meu carro, às vezes eu não ter dinheiro para fazer as compras para a pessoa mas eu comprar uma parte e sair pedindo para os meus amigos o resto das coisas para poder completar uma cesta para dar para as pessoas aqui em baixo. Tô dizendo pra dizer que eu não sou melhor do que ninguém. Porque hoje ou amanhã pode faltar na minha também e alguém fazer isso por mim também. E se fosse assim era mais legal. (...)*

A: Quem deveria facilitar o diálogo?

B: Eu acho que os militantes."

Expressões como "E a gente é obrigado a concluir com aquilo. A gente vê que tá errado e é obrigado a ficar quieto" revelam que as possibilidades de livre expressão estão, por vezes, comprometidas, bem como o uso do diálogo como instrumento de formação e socialização política. Ela revela também a dicotomia presente no discurso de muitos acampados e que se faz visível em falas como as de Liciel e Marcos que afirmam que no movimento não há a figura do líder porque todos são iguais e a luta é de todos. Liciel disse o seguinte:

L - Olha, dos líderes da região eu vou te falar bem a verdade. Eu ali acho que líder... não tem líder. Eu acho que todos nós é líder.

A - Todos nós quem?

L - Todos nós que lutamos pela terra são líder. Porque nós não tem líder nem chefe. Quem tem chefe é índio, que já acha que todos são iguais. (...) Porque todos nós? Porque é todo nós que tamo lutando pela terra. "Ah, não tem líder, não tem chefe? Não rapaz, quem tem chefe é índio. Nós não somos índio. Nós tamo lutando pela nossa terra."

A - E como é que faz sem líder pra decidir. Por exemplo no caso dessa menina que foi embora, quem determina, quem decide isso?

L - Não, isso daí quem decide principalmente é o povo né. Que vê a realidade.

Como pode-se notar, *Liciel* atribui ao povo a capacidade decisória. Tal capacidade decisória, visão da verdade, é construída mediante as assembléias nas quais todos se tornam iguais através do exercício cidadão do voto. A figura da liderança é rechaçada por *Liciel* pelo fato de significar a supressão da liberdade de decidir a própria história. O líder assume o lugar da autoridade inquestionável, da lei que não pode ser desrespeitada. A imagem do chefe indígena que decide o destino da tribo figura no imaginário de *Liciel* através desse dito popular '*quem tem chefe é índio*'. Para *Liciel* as decisões tomadas em coletivo dispensam figuras como os líderes. Decidir em coletivo, usar da palavra e debater as questões que dizem respeito a ele, a sua família e ao seu grupo de pertença significa assumir pessoalmente a responsabilidade de seu destino e do destino da coletividade.

Portanto, podemos perceber que com relação a dimensão da vontade de agir coletivamente, estão presentes dois importantes aspectos: 1) O comprometimento dos sujeitos com as ações coletivas propostas e 2) a avaliação por parte desses sujeitos dos fatores situacionais da ação coletiva. No primeiro aspecto percebemos que os sujeitos procuram estar familiarizados com a ação proposta de ação coletiva e procura também verificar com que esta nova proposição se relaciona com as suas outras experiências em ações coletivas. Isso significa que o sujeito necessita, antes de aderir à proposta, avaliar a operação e os instrumentos dessa ação coletiva do ponto de vista da eficácia da ação, bem como a necessidade dele participar para que a meta seja alcançada satisfatoriamente. Por fim, consultar outros membros do grupo para certificar-se de que sua decisão de aderir à ação não é equivocada, também pode ser uma das estratégias presentes e determinantes da consolidação da volição do sujeito.

Em relação ao segundo aspecto desta dimensão vale observar que os tipos de interesses e o grau de antagonismo presente entre o grupo de pertença e o grupo dos outros é avaliado pelo sujeito na hora de garantir sua adesão à ação coletiva proposta. Nesse sentido, pesar as relações de poder entre o seu grupo de pertença e o grupo de seus adversários, bem como o grau de legitimidade atribuída a essas relações, ocupa um lugar importante na definição por parte do sujeito de sua vontade de agir com o coletivo, visto que pesar essas relações implica em avaliar os custos e os benefícios intra e intergrupais decorrente dessa participação.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como temos dito em outras ocasiões, “Pensar os movimentos sociais e suas histórias é contribuir para que estes sejam legitimamente reconhecidos enquanto sujeitos sociais e sujeitos políticos” (Silva, 2009: 137). O modelo da consciência política proposto por Sandoval pensamos que seja mister ressaltar que, segundo o autor, “*O estudo da consciência política sem um exame cuidadoso da percepção de ações coletivas seria incompleto na medida em que falha em ligar visões societais a alternativas comportamentais possíveis e implícitas em situações específicas de relações de poder*” (Sandoval, 1994:68).

Como o modelo analítico proposto por Sandoval para o estudo da Consciência Política, enfoca determinantes internos e externos da dinâmica dos movimentos sociais que se referem às formas com as quais os sujeitos aderem às ações coletivas e aos movimentos sociais, nossa opção por destacar duas dessas dimensões nos permitiu um olhar mais específico, mas sem perder de vista a totalidade das dimensões nele contidas. Assim, o modelo integra análises macro e micro sociológicas, psicossociológicas, necessárias à compreensão os processos vividos pelos sujeitos e grupos no que tange a participação política em fenômenos coletivos. Destarte, uma compreensão global acerca do comportamento político de sujeitos só poderá ser alcançado de modo eficaz caso se efetue o cruzamento de determinantes políticos, psicológicos e sociológicos, pois separar tais aspectos fragmenta a análise desses fenômenos.

Parece-nos, enfim, que o modelo analítico de estudo da consciência política proposto por Sandoval oferece um referencial teórico consistente para a pesquisa da participação política, da participação coletiva, e serve como ferramenta conceitual para os trabalhos de socialização política desenvolvidos pelos dirigentes e militantes de movimentos sociais, bem como para a atuação daqueles que se dedicam a esse tipo de estudo. O exercício intelec-

tual feito nesse texto a partir de duas de suas dimensões nos mostraram claramente a amplitude das tensões entre indivíduo e coletivo e a necessidade de darmos maior atenção a esses estudos de modo a contribuir de modo mais assertivo para a transformação da realidade social.

Estudar os movimentos sociais agrários ainda é um grande desafio, visto que a existência de injustiças ainda são o motor que deveria motivar que a própria sociedade a enfrentar seus paradoxos, seus conflitos e contradicções. Entretanto essa maturidade ainda temos de que perseguir para que possamos *revolucionar* a vida cotidiana como propôs Agnes Heller (1998). A luta pela terra é uma oportunidade de superação de elementos alienantes que se consolidam na cotidianeidade. Como escreveu Heller (1998).

No habrá ni puede haber una vida en la cual los individuos puedan fundamentar filosóficamente todas estas actividades estrechamente relacionadas con su propia existencia, con los diferentes procesos mediante los cuales vienen a satisfacer sus necesidades básicas (Heller, 1998: 10-11).

Contudo, a luta política, o exercício da cidadania que movimentos sociais como o MST propiciam a suas/seus militantes lhes permite, muitas vezes, a necessária ocasião para desenvolver a capacidade de pensar refletidamente, o que permite ao indivíduo e aos sujeitos coletivos construir um cotidiano não ocupado pela alienação que tudo cristaliza. Parte do sucesso que experimenta o MST está no fato de que não se converteu em um completo refém dos governos de esquerda pelos quais também lutou e frente aos governos de direita busca pressionar criticamente de modo a fazer que os direitos das mulheres e homens do campo avancem, mesmo que contra as marés próprias destes estilos de governança. Tampouco ele se tornou refém de sua pluralidade interna tanto quando olhamos os perfis de seus militantes como quando observamos sua maneira de funcionar em rede: o MST é, para nós, uma verdadeira de movimentos camponeses que compartilham muitos elementos ideológicos ao ponto de administrarem de maneira razoável as diferenças que não poucas vezes são imensas. Neste sentido poderíamos dizer que esses múltiplos movimentos em redes atuam de *modo federado* ao em torno a uma bandeira e/ou tema e/ou lema.

Hoje, parece-nos que o que merecerá, em seu momento, um estudo mais rigoroso, está relacionado à forma como Estado e movimentos sociais constroem suas pontes, pois nesses processos encontraremos um significativo número de tensões de naturezas variadas de de diferentes complexidades. Se pensarmos que, com a eleição de Luis Inácio Lula da Silva como Presidente da República em 2002 e sua reeleição em 2006, os movimentos sociais de modo geral, mas os agrários de maneira especial, se encontram ante diversos

dilemas éticos como: continuamos com nossas ações políticas que nos levam ao enfrentamento com o governo que ajudamos a eleger ou nos retiramos e esperamos que aceite nossas reivindicações e nos contemos para evitar o desgaste do “nosso” governo?. No caso do MST esse dilema foi parcialmente superado ou o está sendo pois compreendeu que o governo pode muito, mas não pode tudo. Deixar de atuar pode levar ao(s) movimento(s) a um processo sério de desmobilização e de perda de poder em um cenário que muda constantemente a favor de quem controla os mecanismos que estabelecem as relações de poder. Mas não só. O MST compreendeu também que atuar em certa medida também contribui para o governo, pois termina por agir como uma espécie de *super eu* que impede que o governo se acomode.

O desafio está em contribuir sem tornar-se tutelado ou mesmo refém de um projeto político quando no tabuleiro são muitas as peças em jogo. Nesse artigo quem sabe dedicamos nosso olhar aos peões, mas o bom jogador de xadrez sabe que peões são a chave para que muitas vezes se possa alcançar o xeque-mate. Os sujeitos que contribuíram para essa pesquisa hora se posicionam como peões, ora como reis e rainhas e é nesse aí e vem que se constroem as tramas da consciência política.

#### REFERENCIAS

- Andrade, M. R. O. (1998). *A Formação da Consciência dos Jovens no Contexto dos Assentamentos Rurais do Movimento Sem Terra*. Tese de Doutorado em Educação não Publicada. Universidade Estadual de Campina, Campinas, SP, Brasil.
- Ansara, S. (2001). Memória coletiva: um estudo psicopolítico de uma luta operária em São Paulo. *Psicologia Política*, 1(2), 29-52.
- Ansara, S. (2008). *Memória Política, Ditadura Militar e Repressão no Brasil*. Curitiba, PR, Brasil: Juruá.
- Brasil. (1850, 18 de setembro). *Lei nº 601* (Lei de Terras). Acessado em 22/04/2012 Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L0601-1850.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L0601-1850.htm)
- Brasil. (1854, 30 de janeiro). *Decreto Imperial nº 1318*. Acessado em 22/04/2012 Disponível em: [http://www.itesp.sp.gov.br/br/info/legislacao/decreto\\_1318.aspx](http://www.itesp.sp.gov.br/br/info/legislacao/decreto_1318.aspx)
- Brasil. (1964, 30 de novembro). *Lei nº 4.504*. Estatuto da Terra. Acessado em 21/04/2012 Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L4504.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4504.htm)
- Cantril, Hadley. (1969). *Psicología de los Movimientos Sociales*. Madri, Espanha: Euroamerica. (Originalmente publicado em 1940).
- Fernandes, B. M. (1996). *MST: formação e territorialização em São Paulo*. São Paulo, SP, Brasil: HUCITEC.
- Fernandes, B. M. (2000). *A Formação do MST no Brasil*. Petrópolis, RJ, Brasil: Vozes.
- Fernandes, B. M. (2008). O MST e as Reformas Agrárias no Brasil. *Boletim DATALUTA*, Artigo do mês, dezembro, 1-10. Acessado em 29/04/2013. Disponível em: [http://docs.fct.unesp.br/nera/artigodomes/12artigodomes\\_2008.pdf](http://docs.fct.unesp.br/nera/artigodomes/12artigodomes_2008.pdf)
- Heller, A. (1998). *La Revolución de la Vida Cotidiana*. Madri, Espanha: Península.
- IBGE. (2010). Censo 2010. Acessado em 29/04/2013. Disponível em: <http://censo2010.ibge.gov.br/>
- Klandermans, B. (2002). The demand and supply of participation: social psychological correlates of participation in a social movement. *Psicologia Política*, 2(3), 83-114.
- Sandoval, S. A. M. (1989). Considerações sobre aspectos micro-sociais na análise dos movimentos sociais. *Revista Psicologia e Sociedade*, nº 7, Set.
- Sandoval, S. A. M. (1994). Algumas reflexões sobre cidadania e formação de consciência política no Brasil. Em Spink, M. J. (Org.), *A cidadania em construção: uma reflexão transdisciplinar*. 59-74. São Paulo, SP, Brasil: Cortez.
- Sandoval, S. A. M. (2001). The crisis of the Brazilian labor movement and the emergence of alternative forms as working-class contention in the 1990s. *Psicologia Política* 1(1), 173-195.
- Silva, A. S. (2001). Consciência e Participação Política: Uma abordagem psicopolítica. *Interações*, 6(12), 69-90.
- Silva, A. S. (2002a). *Acampados no 'Carlos Mariguela': Um estudo sobre a formação da consciência política entre famílias acampadas no Pontal do Paranapanema – SP*. Dissertação de Mestrado em Psicologia Social não Publicada. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.
- Silva, A. S. (2002b). O Lugar das Crenças e Valores Societais na Formação da Consciência Política entre trabalhadores Rurais Sem-Terra. *Interações*, 7(14), 69-90.
- Silva, A. S. (2003). Consciência Política, Identidade Coletiva, Família e MST nos Estudos Psicossociais. *Psicologia Política*. 3(5), 55-88.
- Silva, A. S. (2005). Los Sentimientos de Injusticia y la Voluntad de Actuar Colectivamente en la Construcción de la Conciencia Política de Trabajadores (as) Rurales Sin Tierra. *Resonancias*. 1(2).
- Silva, A. S. (2007). A Identificação de Adversários, de Sentimentos Antagônicos e de. (In)Eficácia Política na formação da Consciência Política no MST. *Paulista. Estudos e pesquisa em psicologia*, 7(1), 105-126. Acessado em 29/04/2013. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1808-42812007000100010&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812007000100010&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt)
- Silva, A. S. (2009). As Contribuições dos Movimentos Sociais para a Desprivatização da Ética na Perspectiva da Psicologia Política. En Sarti, F. S. & Santos, G. Ap. *Ética, Pesquisa e Políticas Públicas*. São Paulo, SP, Brasil: Rubio, 37-58.
- Silva, A. S. (2010). O caminho da terra: revisitando a história do MST no Pontal do Paranapanema - SP - desde uma ótica psicopolítica. *Psicol. estud.*, 15(1), 137-149. Acessado em 28/04/2013. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-73722010000100015>